

A Justiça Restaurativa, em seu conceito mais difundido, é um processo que permite a resolução de conflitos com valores e princípios fundados na responsabilização dos indivíduos e reparação dos danos causados. A pesquisa objetiva investigar quais as particularidades das práticas de justiça restaurativa que estão sendo desenvolvidas no Juizado da Infância e Juventude e nos Programas de Atendimento Socioeducativo em Porto Alegre no âmbito do Projeto Justiça para o Século 21, propondo-se contribuir com subsídios para a qualificação da política de atendimento socioeducativa. Orientando-se por uma abordagem longitudinal na coleta de informações, abrangendo o período entre 2005 e 2008, a pesquisa valoriza a diversidade de fontes, sujeitos e métodos e utiliza-se da complementaridade entre aspectos qualitativos e quantitativos. Os principais procedimentos da pesquisa são as entrevistas semi-estruturadas, observação participante e análise documental. Foram colhidos dados documentais nos registros dos 290 casos encaminhados para a Central de Práticas Restaurativas da 3ª Vara do Juizado Regional da Infância e da Juventude de Porto Alegre (CPR/JIJ) no ano de 2008 para realização de procedimentos restaurativos, obtendo-se resultados quanto à origem dos encaminhamentos feitos à CPR/JIJ, aos atos infracionais, e quanto às Medidas Socioeducativas (MSE) a serem cumpridas pelos adolescentes. Outro resultado alcançado corresponde à grande satisfação dos participantes dos procedimentos restaurativos realizados pela CPR/JIJ que responderam a um instrumento sobre satisfação. Pretende-se alcançar ainda resultados mais completos sobre os procedimentos restaurativos realizados pelas instituições envolvidas, e análise desses dados e dos já obtidos, com vistas ao aprimoramento da política de atendimento socioeducativa.